

Desenvolvimento da Região Sul do Brasil

Gilberto Montibeller Filho e Sérgio Luiz Gargioni

12

Desenvolvimento da Região Sul do Brasil

GILBERTO MONTIBELLER FILHO

SÉRGIO LUIZ GARGIONI

RESUMO

A Região Sul do Brasil é composta por três estados que têm similaridades em sua estrutura econômica e nos indicadores sociais. Assim como outras regiões, sente o impacto negativo das mudanças decorrentes do processo de globalização econômica. Frente à intensificação da concorrência internacional nos mercados interno e externo e às tendências e perspectivas na área econômica, quais as estratégias do apoio prestado pelas FAPs (Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa) para viabilizar a continuidade e desenvolvimento do empreendimento nacional? O presente trabalho pretende ser uma contribuição à questão. De forma sintética, verifica as condições e as problemáticas econômicas e sociais, levanta tendências e possibilidades no campo da economia e finalmente, sugere uma estratégia de ação para as FAPs.

ABSTRACT

The South region in Brazil encompasses three states that are similar in their economic structures as well as their social indicators. Like other regions, this area feels the negative impact of changes resulting from globalization. Due to intensified international competition both on the domestic and foreign markets, coupled with the economic trends and perspectives, what are the support strategies that State Research and Innovation Foundations (FAPs) offer, especially to make it feasible to continue developing national entrepreneurship? This paper contributes to this issue. In short, it not only analyzes current social and economic matters, but also surveys trends and possibilities related to the economy. Finally, it suggests an action strategy for such state funding agencies.

INTRODUÇÃO

Pensar o desenvolvimento socioeconômico de uma região implica, minimamente, conhecer sua estrutura econômica básica, a trajetória que moldou essa estrutura ao longo do tempo, o cenário econômico atual e as tendências futuras. Com essa preocupação, o presente trabalho verifica de maneira sintética os elementos referidos, aplicados à Região Sul do Brasil.

Essa região, composta pelos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, é território que, por seu contin-

gente populacional e sua economia, tem tido proeminência no cenário brasileiro desde o início do século XX. No período, os três estados passaram por uma evolução econômica assemelhada, que se reflete hoje em estruturas no setor produtivo relativamente semelhantes entre si. De uma base eminentemente agrícola, acompanhando o processo nacional, sobreveio a industrialização em cada um dos estados, resultando em economias fortemente fundamentadas nas atividades dos setores primário e secundário. A semelhança no campo econômico se projeta no social. Assim, a região, relativamente ao país, apresenta elevados níveis de renda *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros indicadores sociais; e, em termos individuais, os dados de cada estado não se distanciam da média regional.

A economia da região, fortemente atrelada à política econômica e ao cenário econômico nacional, recebe impulsos e impactos. O processo de industrialização iniciou no âmbito do modelo de substituição de importações, que estimulava a produção interna de produtos industriais antes importados, mediante uma economia quase absolutamente fechada, por restrições legais ou econômicas, a importações. Foi nesse ambiente que se estruturou a indústria regional.

Com a abertura – também quase absoluta – da economia brasileira ao mercado internacional, amparada por uma política neoliberal inaugurada no início da década de 1990, o produtor nacional passou a ter que competir, tanto no mercado externo quanto no interno, com produtores de outros países. A indústria da Região Sul, principalmente dos setores dinâmicos e de alguns setores tradicionais (têxtil e de confecções em Santa Catarina, exemplo), sentiu fortemente o impacto da concorrência estrangeira. Nos últimos anos, tem se acentuado uma tendência à piora da economia regional.

O cenário econômico mundial vem apresentando mudanças, mais intensamente a partir do fim do século XX – como a

abertura dos mercados nacionais, o aumento da concorrência, a forte ampliação da presença da China no mercado mundial –, e pelo menos dois novos componentes devem ser observados tendo em vista perspectivas para as economias nacionais no quadro da globalização, a saber: a essência da competitividade passou a ser a inovação; e o crescente ambientalismo reforça as restrições e as oportunidades às atividades econômicas.

As mudanças que caracterizam a economia globalizada, a trajetória econômica recente e as tendências da economia da Região Sul impõem, portanto, a necessidade de repensar seu rumo. Assim, tratar-se-ia de: Recuperar e expandir os setores atuais? Renovar os principais setores? Avançar em novas áreas? Disseminar inovações atreladas à nova economia do conhecimento? Estimular inovações sustentáveis? As possíveis respostas e as diretrizes para um planejamento estratégico somente são viáveis após a observação mais detalhada das evidências e perspectivas futuras que se busca apresentar no presente trabalho.

ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA REGIONAL

A Região Sul, conforme expressa a Tabela 1, tem quase 30 milhões de habitantes, o que representa 14% da população nacional. A urbanização alcança 85% da população, nível semelhante ao do país. O Produto Interno Bruto (PIB) regional representa 16% do PIB brasileiro, e tanto a renda *per capita* quanto o IDH estão entre os mais elevados do Brasil e são superiores à média do país.

TABELA 1 Região Sul no contexto nacional

Indicador	Região Sul	% ou comparação com Brasil
População – habitantes	28.795.000	14,3% do Brasil
Urbanização – população urbana	85%	85% (Brasil)
PIB (R\$ milhão)	672.049	16,2% do Brasil
Renda <i>per capita</i> (R\$)	24.382,79	21.535,65 (Brasil)
Índice de Gini	0,480	0,536 (Brasil)
IDH	0,76 (aprox.)	0,73 (Brasil)

Fontes: IBGE; UNDP (2014) – para IDH Brasil.

Comparativamente ao Brasil, a estrutura de distribuição de rendas mostra-se menos concentrada na região, conforme expressa o valor mais baixo do Índice de Gini, indicando menor desigualdade socioeconômica entre as famílias do que o padrão brasileiro.

A economia regional tem forte embasamento no setor secundário, detendo 25% dos empregos na indústria de transformação do país [Fiesc (2014)]. A estrutura da renda setorial mostra presença relativamente forte da agricultura e principalmente da indústria.

A evolução histórica comum aos três estados explica a composição estrutural assemelhada entre as economias em questão. Até as primeiras décadas do século XX, predominou a produção agrícola, com parte significativa dirigida ao mercado, principalmente derivada das atividades em propriedades de imigrantes de origem europeia, em grande volume chegados na região em meados do século anterior. A história registra que alguns desses imigrantes estabeleceram atividade comercial e em seguida passaram a produzir itens, antes importados, para venda na colônia, em manufaturas implantadas por eles mesmos. Essa é a origem longínqua de algumas das atuais grandes indústrias da região.

Outras iniciativas empreendedoras com as quais foi se consolidando o setor secundário em cada um dos estados vieram como decorrência das políticas nacionais dos anos 1940 e 1950 para favorecer o interesse dos cafeicultores que, ao dificultar importações, passaram a estimular a produção interna de bens industriais antes importados. Nas décadas seguintes, uma política consciente de substituição de importações como modelo econômico nacional passou a estimular as iniciativas internas de produção para evitar a entrada de produtos externos. O modelo perdurou até o início dos anos 1980 e propiciou o surgimento de uma série muito grande de empresas industriais no país em geral, com maior ênfase nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

O processo de industrialização se inicia, portanto, com a implantação de pequenas unidades de produção – agroindústrias, fábricas de produtos tradicionais e outras –, que depois se tornam grandes empresas. Mais tarde, dá-se o surgimento dos setores dinâmicos da economia, tais como os relacionados ao complexo metalmeccânico, à indústria química e a outras, além do setor de tecnologia da informação. Atualmente, a Região Sul é a segunda no Brasil em empregos industriais, com um montante de empregos no setor que corresponde à metade do que tem a Região Sudeste, a mais industrializada do país.

TABELA 2 Emprego regional na indústria de transformação – 2012

Região	Emprego na indústria	% do total
Norte	259.823	3,5
Nordeste	1.041.832	13,4
Sudeste	4.009.075	51,7
Sul	1.986.896	25,6
Centro-Oeste	446.919	5,8
Brasil	7.754.545	100,0

Fonte: Elaboração própria, com base em Fiesc (2014).

A Tabela 2 registra cerca de 2 milhões de pessoas ocupadas na indústria de transformação no Sul, equivalendo a um quarto dos empregos brasileiros no setor. Compare-se esse percentual de emprego com a participação da região na população total do país e tem-se a expressividade da indústria regional: com 14% da população (Tabela 1) a região apresenta a elevada taxa referida dos empregos na indústria de transformação do país.

Os dados mencionados refletem-se na participação das exportações do país, em que a região é a segunda maior exportadora, atrás apenas do Sudeste.

Conforme a Tabela 3, a Região Sul contribui com mais de 21% das exportações nacionais, praticamente a metade da participação do Sudeste, e muito superior a todas as demais regiões do país.

TABELA 3 Participação regional nas exportações – 2013

Região	Exportações (US\$ mil FOB)	Participação (%)
Norte	19.088.625	7,9
Nordeste	17.270.152	7,1
Sudeste	121.936.052	50,4
Sul	52.021.739	21,5
Centro-Oeste	28.377.754	11,7
(Computado fora dos estados)	3.484.327	1,4
Brasil	242.178.649	100,0

Fonte: Elaboração própria, com base em Fiesc (2013).

Todos os dados apresentados dão conta de uma história que chegou até o momento atual com resultados, do ponto de vista socioeconômico, muito expressivos da região. Adiante verificar-se-á que, todavia, a região vem passando por dificuldades crescentes em sua economia, exigindo a definição de novo padrão de desenvolvimento.

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E CENÁRIO REGIONAL

Um processo de globalização atual da economia com ampla abertura internacional dos mercados nacionais por meio do banimento de restrições tarifárias e alfandegárias ganhou forças a partir dos anos 1980. No Brasil, coincide aproximadamente com o esgotamento das possibilidades de crescimento econômico baseado nas substituições de importações, entrada em longo período estagnado e inflacionário – a estagflação – e busca de alternativas para o desenvolvimento.

Mudança importante nas estratégias econômicas, no Brasil, se dá a partir do início dos anos 1990, com medidas que conseguiram eliminar a elevada inflação crônica com o Plano Real e abriram a economia no sentido da globalização baseada em fundamentalismo de mercado. O mercado nacional e o produtor brasileiro passaram a se inserir na competição internacional, na comercialização de produtos seja no exterior, seja no próprio país.

Nesse cenário, o valor do câmbio (R\$/US\$) passou a ter papel fundamental, com a moeda nacional facilitando importações, quando forte em relação ao dólar, ou dificultando-as, quando fraca em comparação à moeda norte-americana. Além disso, a estrutura de custos interna na produção principalmente industrial, comparada aos produtores externos com custos menores, como a China, trouxe ao produtor local dificuldades adicionais de competitividade. Os dados da balança comercial retratam os resultados desses processos.

Na Tabela 4, tem-se a evolução das exportações, das importações e o saldo da balança comercial com o exterior, nos dez últimos anos, da Região Sul. Oscilando de um ano a outro, as exportações mostram tendência ascendente no período, praticamente dobrando em valor do início ao fim da série. Esse resultado decorre basicamente do aumento das exportações de alimentos e demais *commodities*, conforme mostram as estatísticas de exportações de cada estado integrante [Fiesc/CNI (2013); Paraná (2014); Rio Grande do Sul (2014)].

É importante, tendo em vista o apanhado da evolução histórica citada, observar a evolução das importações. De um patamar de aproximadamente US\$ 10 bilhões em 2004, as importações vão aumentando até chegarem a cerca de US\$ 50 bilhões a partir de 2011. A pauta dos principais produtos de importação é variável de um estado para outro. No Paraná e no Rio Grande do Sul, aparece com força a importação de óleo bruto para suprir as refinarias e também automóveis. Aparecem na sequência os demais produtos, compostos por lista de insumos industriais e de bens de consumo duráveis. Nesses últimos itens, também se inserem as importações de Santa Catarina, com produtos advindos principalmente da Ásia.

O valor das importações quintuplicou no período de 2004 a 2013, enquanto as exportações apenas duplicaram. O resultado dessa evolução dispar no comércio internacional da Região Sul

é expresso no saldo anual da balança comercial, que desce gradativa e persistentemente ao longo do período considerado. Se em 2004 o saldo superava o valor das importações, a partir de 2010 ele passa a ser negativo, conforme a Tabela 4.

TABELA 4 Balança comercial da Região Sul – 2004 a 2013
(em US\$ mil FOB)*

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2004	24.169.818	10.825.749	13.344.069
2006	27.800.528	17.395.946	10.404.582
2008	41.963.540	37.035.769	4.927.772
2010	37.139.465	39.210.084	(2.070.619)
2011	45.872.411	49.270.844	(3.398.433)
2012	44.015.964	49.310.360	(5.294.396)
2013	52.021.739	50.886.043	1.135.696

Fonte: Elaboração própria, com base em Fiesc (2014).

* FOB (Free on Board) refere-se ao valor da mercadoria disponibilizada no meio de transporte pelo fornecedor, portanto, sem incluir os custos relativos ao traslado até seu destino (comprador).

A Região Sul, que apresentava em 2004, assim como também nos três anos anteriores, o maior valor do saldo comercial entre todas as grandes regiões do país, a partir de 2010 perde drasticamente essa posição. Em 2010, sua posição no cenário nacional se inverteu, aparecendo como a de maior saldo negativo; essa nova condição se manteve, fazendo com que no triênio 2010-2012, a Região Sul e a Região Nordeste tenham sido as únicas a apresentar saldo negativo na balança comercial internacional.

Esse panorama aponta um dos principais problemas da economia da Região Sul na atualidade, principalmente no setor industrial: a questão da competitividade no mundo globalizado. Enquanto a estrutura produtiva do setor na região permaneceu praticamente inalterada, os termos de competição no mundo se alteraram, principalmente com a entrada, em larga escala, dos produtos chineses a preços relativos muito baixos. Não conseguindo enfrentar concorrentes, empresas antes produtoras tornaram-se entreposto comercial, perdendo, a região toda, um capital – financeiro e de conhecimentos – antes em operação.

Um trabalho de pesquisa recentemente divulgado feito em parceria entre a Fiesc e o Núcleo de Estudos Industriais e Tecnológicos (Neitec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) [Fiesc e UFSC (2014)] dá conta da existência de um processo de desindustrialização da economia catarinense, o que pode ser projetado para a economia da região em geral, dadas as similitudes das estruturas de produção dos três estados componentes. O que ocorre na região também ocorre em nível nacional, isto é, um processo em que o crescimento industrial se dá a taxas menores comparativamente aos demais setores. A queda relativa do setor industrial é atribuída, como sugere o estudo em referência, à diminuição relativa dos setores de intensidade tecnológica, cedendo lugar aos setores baseados em recursos naturais.

A desindustrialização, mesmo relativa, é vista como um problema, uma vez que há forte correlação entre o desempenho da indústria e o PIB, pelas ligações do setor com as demais atividades. Adiante, o texto discutirá o desenvolvimento industrial tendo em vista as mudanças verificadas recentemente e as condições vigentes no cenário mundial.

INOVAÇÕES E SUSTENTABILIDADE

Ao mesmo tempo em que a globalização avança, novos conceitos vão se disseminando. Hoje, mais do que em outros momentos da história em que havia o predomínio da tecnologia, as inovações em sentido mais generalizado transformaram-se na essência da competitividade – para além da concorrência baseada apenas em custos e preços. Novos produtos e processos, diferenciando-se pela novidade, pela qualidade e por suas funcionalidades, são identificados como capazes de propiciar ao inovador a competitividade no mercado nacional e internacional.

No passado distante, o avanço nas técnicas e a concepção de novos produtos dependiam, sobretudo, da observação empírica de engenheiros, técnicos e empresários, como atesta a história

do sucesso da industrialização iniciada no Reino Unido, no século XVIII. Mais tarde, em meados do século XIX, principalmente na Alemanha, o avanço da ciência, o investimento de grandes empresas e do Estado em pesquisa e desenvolvimento (P&D), o alto grau de instrução e educação da classe trabalhadora mostraram um novo caminho para avanço tecnológico, inovações e ganhos de competitividade [Briggs (1983)].

Atualmente, se tem como consenso entre os formuladores de políticas de desenvolvimento econômico a necessidade da inovação e, para seu êxito, a convergência de esforços públicos e privados, de formação e treinamento de pessoal, de pesquisa científica e tecnológica, de P&D. A complexidade das tecnologias de ponta, representadas pelo setor de tecnologia da informação, nanotecnologia e outras aplicadas nas mais diversas áreas da sociedade, implica a constituição de equipes multidisciplinares e interdisciplinares de alto nível de conhecimento. Dado o forte vínculo da competitividade econômica com o saber científico e a pesquisa de ponta com equipes de elevado nível, tem-se hoje a economia baseada no conhecimento.

Paralelamente à formação da nova economia do conhecimento, foram se espalhando, a partir do fim do século passado, as concepções do movimento ambientalista, sintetizadas no conceito de desenvolvimento sustentável e no de sustentabilidade [Montibeller (2008)]. Além de seus importantes méritos ecológicos e sociais, o ambientalismo gera para as atividades econômicas uma série de restrições e também uma série de possibilidades empresariais ou mercadológicas.

PERSPECTIVAS PARA A REGIÃO

As questões que se apresentam do ponto de vista das políticas públicas econômicas, sociais e ambientais do novo paradigma, conceitualmente consolidado, do desenvolvimento para a Região Sul brasileira, no cenário atual e tendencial em relação ao

tema da competitividade em escala global, podem ser assim sintetizadas: Recuperar e expandir os setores atuais? Renovar os principais setores? Avançar em novas áreas? Disseminar inovações atreladas à nova economia do conhecimento? Estimular inovações sustentáveis?

Em princípio, a curto e médio prazos, nenhuma das alternativas pode ser descartada. A economia regional como está estruturada é responsável pelos mais de 8 milhões de empregos na região. Há, portanto, uma dimensão social muito relevante a ser considerada quando se pensa a economia, e o que está estruturado não pode ser repentinamente abandonado. Assim, em relação a perspectivas para o futuro próximo, as questões vistas como as que dificultam a competitividade devem ser consideradas. Em levantamento citado em Fiesc e UFSC (2014), os empresários apontam os problemas que enfrentam para a melhoria de competitividade, os quais se relacionam a: taxa de câmbio elevada; carga tributária excessiva; elevada taxa de juros; alto custo da energia; problemas nos sistemas de transporte de carga; deficiências na qualidade da mão de obra; falta de estímulo à inovação.

Dada a relação com o mercado internacional, a infraestrutura para exportação assume papel relevante. Por isso, trabalho de pesquisa englobando os três estados da região, denominado projeto Sul Competitivo [Fiesc, Fiergs e FIPR (2012)], identificou o perfil, a movimentação e condição de cada modal de transporte de carga da região e sugere prioridades na área até 2020. O estudo aponta 177 projetos, dos quais 51 considerados prioritários para “destravar os nós logísticos e aumentar a competitividade”.

Outro estudo, “O futuro da nossa indústria” [Fiesc (2013)] relaciona 17 setores produtivos e mais três áreas do conhecimento e aponta os setores estratégicos a serem priorizados pelas políticas de desenvolvimento industrial. Dentre os setores estratégicos, destaca os portadores de futuro, que são: energia, meio ambiente, tecnologia da informação e comunicações, constru-

ção civil, saúde e turismo. São transversais os setores de energia, de meio ambiente e de tecnologia da informação, quando a evolução em cada um deles contribui para gerar inovações em diversos setores industriais. Os demais setores estratégicos igualmente têm efeito difusor sobre os demais, trazendo resultados positivos nas cadeias de produtos da região, conforme expressa o estudo referido.

De acordo com o argumentado anteriormente, a inovação é hoje o principal elemento da competitividade. Assim, as estratégias de apoio público ao desenvolvimento dos setores prioritários e que buscam resultados a médio e longo prazo atrelam-se a inovações. Adicionalmente, tendo-se em conta as questões sociais e ecológicas em um crescendo para a garantia de sustentabilidade, o novo paradigma sociopolítico, o apoio a inovações por parte de agentes públicos como as Fundações de Amparo à Pesquisa e Inovações estaduais (FAPs), deverá priorizar as inovações sustentáveis, pois essas contribuem para garantir concomitantemente qualidade ambiental, empregabilidade e renda.

CONCLUSÃO

As economias regionais em geral são condicionadas pelo modelo econômico e políticas nacionais, e a Região Sul brasileira em especial, juntamente com a Região Sudeste, tem refletido fortemente os estímulos e restrições macroeconômicos ao longo do tempo. Assim estruturas produtivas foram se conformando durante todo o século XX nos três estados integrantes da Região Sul, nos quais atualmente o setor industrial com seus reflexos sobre a agricultura e serviços exerce papel-chave no crescimento econômico.

Enquanto o surgimento de atividades que visavam substituir importações de manufaturados predominou, fruto de políticas que resultaram em câmbio excessivamente apreciado ou de restrições alfandegárias do modelo de substituição de importações, o mercado interno se via protegido da competição inter-

nacional, e as dificuldades de transporte de carga protegiam o produtor regional. Em consequência, havia a despreocupação com a competitividade e a ausência de inovações autônomas.

Quando ocorreram o esgotamento do modelo e a subsequente abertura da economia nacional ao mercado internacional, integrando-a ao processo de globalização econômica, o produtor nacional passou a ter que concorrer nos mercados local e internacional com o produto estrangeiro. As dificuldades então se avolumaram para o produtor nacional, por diversos fatores, principalmente por manter inalterados sua pauta de produtos e os processos de produção, isto é, por não inovar.

As perspectivas para o desenvolvimento regional no atual modelo de inserção nacional na economia globalizada, além de outros fatores, estão fortemente atreladas à inovação para a competitividade. Assim, é fundamental, portanto, o foco em inovar processos e produtos, em novos lançamentos – dado o crescente anseio social ambientalista, principalmente em processos e produtos que atendam às dimensões básicas da sustentabilidade.

Como se sabe, o processo de inovação não se dá de maneira autônoma por parte das empresas, principalmente nas de pequeno e médio portes, por causa de sua fragilidade financeira. A inovação pressupõe pesquisa científica e tecnológica, inserção da novidade no ambiente produtivo ou social e tem alto grau de incertezas e, portanto, deve ser induzida mediante o apoio governamental para avanço da ciência, de pesquisa e desenvolvimento e da economicidade empresarial. Mas o apoio governamental deve dirigir-se prioritariamente a inovações sustentáveis, isto é, pela consideração das prováveis contribuições dos projetos à diminuição dos problemas socioeconômicos e ambientais.

Finalmente, cabe observar que, todavia, constata-se na prática o tímido investimento dos governos estaduais da região via suas FAPs. Isso pode ser evidenciado pelo aporte efetivo de recursos, que tem se mantido abaixo do patamar de 1% das re-

ceitas líquidas do estado – diferentemente do que acontece, por exemplo, com os estados da Região Sudeste de forma regular. Parcerias com agências federais, como Finep – Inovação e Pesquisa e BNDES, têm sido expressivas, mas resultam sempre aquém da demanda qualificada. Uma política mais agressiva de todos os agentes da inovação poderá dinamizar a economia da Região Sul e reposicioná-la em patamares mais elevados, objetivando alcançar níveis comparáveis às áreas mais desenvolvidas do planeta.

REFERÊNCIAS

- BRIGGS, A. *A social history of England*. London: Books Club Associates, 1983.
- FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Santa Catarina em dados 2013 e 2014*. 2014. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/produtos/show/id/46>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- _____. O futuro da nossa indústria. *Indústria e Competitividade*, n. 2, set. 2013. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/42c73dffbeb45c30478ec2fa273ee8d9.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA; CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. *Análise do Comércio Internacional Catarinense 2013*. Disponível em: <http://www3.fiescnet.com.br/images/cin/internacional_sc_2013.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.
- FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA; FIERGS – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; FIPR – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. *Projeto Sul Competitivo*. 2012. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/sul-competitivo>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA; UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Competitividade da indústria catarinense: o processo de desindustrialização*. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/8a2df5a5a9b46132d517287bbef8cd30.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2014.
- MARQUETTI, A. A.; BERNI, D. A. *Ensaios sobre a Economia Gaúcha*. Porto Alegre: FEE, 2013. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140312ensaio-sobre-a-economia-gaucha1.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- MONTIBELLER F. G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

PARANÁ. Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul. *Principais produtos exportados*. Disponível em: <http://www.seim.pr.gov.br/arquivos/File/BalancaComercial/Principais_Produtos_Exportados_Pr_2010.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2014.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). *Principais produtos importados*. Disponível em: <http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=823&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1592>. Acesso em: 24 fev. 2014.

_____. *Principais produtos exportados*. Disponível em: <<http://www.bmf.com.br/caers/download/comex/Principais-Produtos-Exportados-pelo-RS-por-Capitulo.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human Development Reports 2014*. 2014. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/table-2-human-development-index-trends-1980-2013>>. Acesso em: 20 fev. 2014.